

Uma sombra sobre a CVM

Existe uma situação que, no mínimo, deveria soar o alarme em nossa regulação financeira. O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento, participa de decisões que afetam o BTG Pactual, um banco onde seu irmão, José Lúcio Nascimento, atua há mais de duas décadas. Não estamos falando de comprovação de benefício, mas de algo igualmente corrosivo: uma sombra sobre a imparcialidade da principal instituição supervisora do mercado de capitais brasileiro.

A questão central não é se houve um benefício direto, mas do equilíbrio tênue entre a expertise e a isenção. O simples fato de um voto de João Pedro envolver o BTG Pactual, mesmo que embasado em pareceres técnicos, abre possibilidade de alguma influência potencial que abala a percepção de equidade. O que antes seria inaceitável, hoje parece ter sido "normalizado", como se fosse um mero procedimento. Essa aceitação de compromissos éticos sob o disfarce de formalidade revela um problema cultural profundo.

É paradoxal que o setor financeiro exija diversidade e transparência em seus próprios conselhos, mas tolere que um regulador-chave julgue casos de uma empresa ligada a um familiar direto. Isto alimenta a percepção de um sistema suscetível a influências, que fragiliza a confiança dos investidores e a credibilidade do mercado como um todo. A CVM, guardião da integridade do mercado, não pode operar sob nenhuma nuvem de dúvida.

A solução passa por uma redefinição urgente de padrões éticos. Reguladores precisam ser submetidos a um rigoroso escrutínio de imparcialidade, com o afastamento obrigatório em qualquer situação que gere a percepção de conflito, e uma transparência absoluta em suas deliberações. É imperativo proteger o mercado, garantindo que ele seja percebido como justo e imune a favorecimentos. A reputação de todo o sistema depende disso.

- **Imparcialidade comprometida:** O presidente da CVM participa de decisões que envolvem o BTG Pactual, onde seu irmão trabalha, o que lança dúvidas sobre a isenção da autarquia.
- **Normalização de conflitos éticos:** A aceitação crescente de situações que, embora formais, violam princípios éticos fundamentais.
- **Necessidade de reforma ética:** São necessárias medidas urgentes para reforçar a transparência e evitar qualquer percepção de favorecimento nas instituições que regulam o mercado financeiro.

